

POLÍTICA ECONÔMICA

ave p3

CNI quer a extinção do "gatilho" e faz críticas à Constituinte

por **Guilherme Barros**
do Rio

Com severas críticas ao trabalho da Assembléia Constituinte e sugestões para um plano econômico com substituição do "gatilho" salarial pela livre negociação, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) concluiu a elaboração de um documento cobrando medidas enérgicas do governo. Ele será examinado no fim do mês em sua reunião de diretoria.

O documento da CNI, que deverá ser levado ao presidente José Sarney, às lideranças políticas e às autoridades governamentais, foi elaborado por uma comissão formada por quatro vice-presidentes da entidade: Edgard Arp, do Rio; Luís Octávio Vieira, do Rio Grande do Sul; Jones Santos Neves, do Espírito Santo; e José Flávio Leite Costa Lima, do Ceará.

Esse grupo elaborou o documento depois de reunião da entidade, realizada no início do mês, em Belo Horizonte, quando o presidente da CNI, Albano Franco, propôs um documento que foi considerado "brando" por alguns diretores, entre eles Luís Octávio Vieira, e por isso não chegou a ser divulgado. Dessa forma, a diretoria da CNI elegeu quatro representantes para elaborar o novo documento, que foi concluído na sexta-feira.

O novo documento da CNI assinala que "vivemos dias de incerteza e inquietação como poucas vezes já assistimos e já vivemos", e afirma que "de suas empresas, os empresários acompanham, perplexos, a queda das vendas, da produção e dos investimentos, ao mesmo tempo que vêem crescer os juros,

multiplicarem-se os atrasos de pagamento e avolumarem-se as inadimplências".

Mais adiante o documento inicia a costura das críticas ao governo, dizendo que "enquanto cidadãos e empresários se surpreendem com a violência do processo inflacionário e se socorrem da austeridade, da parcimônia e da cautela, como derradeira tentativa de conter despesas, de eliminar desperdícios, de reduzir custos e de adiar investimentos, o governo surpreende a todos pela sua incapacidade de diminuir os seus próprios gastos, de impedir a criação de novas fontes de despesas e de, em suma, reduzir o déficit público".

No final o documento destina uma parte importante de críticas aos trabalhos preliminares da As-

sembléia Constituinte. De acordo com a CNI, "esses trabalhos se traduzem, em grande parte, em textos estatizantes e sob forte influência clientelista e xenófoba e estão, por sua vez, criando um clima de apreensão junto aos segmentos mais responsáveis da sociedade, contribuindo para agravar a perplexidade e o desestímulo ora reinantes no meio empresarial".

Para a CNI os constituintes ignoram os interesses nacionais com a preocupação de atender interesses de facções e classes, com "propostas falaciosas e irrealizáveis". O documento afirma ainda que os constituintes estão tratando a Constituição "como se fora uma panacéia miraculosa, capaz, por si só, de resolver, apenas num texto, todos os problemas nacionais".

A Constituinte, "estatizante"

Eis a íntegra do documento da CNI:

A CNI, entidade representativa da indústria brasileira, vem conchamar o empresariado industrial do País a cerrar fileiras em defesa do desenvolvimento nacional, do primado da livre iniciativa e da preservação dos princípios democráticos.

A indústria, o setor mais dinâmico da nossa economia, empreendeu longa e histórica caminhada — das incipientes oficinas dos primórdios de nossa independência ao sofisticado, moderno e eficiente parque fabril de hoje, um dos maiores entre as nações mais avançadas — pautando a sua conduta invariavelmente no trabalho, no pioneirismo, na competência e na criatividade, sempre com espírito de renúncia e bravura cívica. Hoje, a indústria brasileira assume, perante a Nação e os empresários, uma posição firme, quer na busca de soluções para a crise que se instalou, quer na defesa dos princípios constitucionais básicos, que assegurem o fortalecimento de uma sociedade realmente democrática, onde direitos e deveres encontrem o justo equilíbrio ético, moral e social.

Vivemos dias de incerteza e inquietação como poucas vezes já assistimos e já vivemos.

De suas empresas, os empresários acompanham, perplexos, a queda das vendas, da produção e dos investimentos, ao mesmo tempo em que vêem crescer os juros, multiplicarem-se os atrasos de pagamentos e avolumarem-se as inadimplências.

A inflação, alcançando taxas muito elevadas, está desarticulando todo o sistema produtivo e carregando consigo insuperável custo social: de um lado, atingindo mais severamente as classes de menor poder aquisitivo; de outro, comprometendo a estabilidade das empresas e sua capacidade de geração de novos empregos.

Enquanto cidadãos e empresários — das pequenas famílias às grandes empresas — se surpreendem com a violência do processo inflacionário, e se socorrem da austeridade, da parcimônia e da cautela, como derradeira tentativa de conter despesas, de eliminar desperdícios, de reduzir custos, e de adiar investimentos, o governo surpreende a todos pela sua incapacidade de diminuir os seus próprios gastos, de impedir a criação de novas fontes de despesa e de, em suma, reduzir, realmente, o déficit público.

A deterioração das contas externas conduz o País a uma posição de vulnerabilidade. Com as reservas internacionais não recompostas, a posição brasileira perante os credores se enfraquece. E, no entanto, urge a disponibilidade de adequadas linhas de financiamento para o nosso comércio exterior, o que impõe a renegociação de nossa dívida com destemor e competência.

O que todos sentem — empresários e povo em geral — é que o governo precisa resgatar a credibilidade da Nação, interna e externamente, oferecendo, sem mais demora, um plano econômico, consistente e politicamente viabilizado pelo debate, entendimento e adesão, que possibilite à atividade empresarial orientação e definição:

Esse plano, no entendimento da Confederação, precisa, necessariamente, contemplar, dentre as suas diretrizes gerais, o seguinte:

I — Prioridade absoluta para a redução do déficit público, através de vigorosa contenção dos gastos do governo como um todo, que contemple: contenção de despesas com pessoal, supressão de despesas supérfluas, transferência de obras adiáveis e eliminação do subsídio do trigo.

II — Proibição da criação de novos órgãos, agências, empresas e fundações públicas.

Privatização mais célere e corajosa das companhias estatais não estratégicas e fechamento das deficitárias;

III — Redução da taxa de juros, respaldada no menor apelo ao endividamento interno decorrente da redução do déficit público e mediante a adoção de uma adequada política monetária que assegure condições de reativação da economia, sobretudo com a instituição imediata de linhas especiais de financiamento à pequena e média empresa, com juros diferenciados.

IV. Incremento das exportações, mediante a prática de taxas realistas de câmbio, com medidas efetivas para a sua gradativa liberação, dentro do contexto de uma política de estímulo ao exportador, objetivando saldos expressivos na balança comercial;

V. Renegociação da dívida externa e obtenção de linhas adequadas para o financiamento do comércio exterior brasileiro. Criação de mecanismos especiais de conversão da dívida em investimentos, com a necessária cautela, que resguarde o interesse nacional e que impossibilite a desnacionalização da indústria e da economia nacional;

VI. Incremento da poupança interna através da melhor remuneração das cadernetas de poupança e de incentivos fiscais para poupadores e para investidores no mercado de ações; substancial elevação da poupança do setor público, sem majoração da carga tributária bruta;

VII — Incentivos aos investimentos industriais, através de financiamento e tratamento fiscal compatíveis com os respectivos prazos de maturação e níveis de rentabilidade;

VIII — Substituição do gatilho por uma criativa política salarial que, preservando o poder aquisitivo dos trabalhadores, culmine com a livre negociação entre empregados e em-

pregadores, dentro de novas normas legais que disciplinem o legítimo direito de greve e a organização sindical.

Tais prioridades, inseridas num plano econômico mais abrangente, caracterizado por regras estáveis e duradouras e por um aparato jurídico que coíba a impunidade, venha de onde vier, descortinar um novo horizonte para o desenvolvimento nacional.

É imperioso ressaltar, contudo, que os trabalhos preliminares da Assembléia Constituinte, traduzidos, em grande parte, em textos estatizantes e sob forte influência clientelista e xenófoba, estão, por sua vez, criando um clima de apreensão junto aos segmentos mais responsáveis da sociedade, contribuindo para agravar a perplexidade e o desestímulo ora reinantes no meio empresarial.

Interesses nacionais, os mais legítimos, por vezes são ignorados e relegados a plano secundário, com a preocupação de vários constituintes de atender, com propostas falaciosas e irrealizáveis, grupos, facções e classes, sem atentar para os aspectos globais da sociedade brasileira, que, na fase histórica em que se encontra o País, anseia por uma democracia pluralista, moderna e política, social e economicamente viável.

Tratando a Constituição como se fora uma panacéia miraculosa, capaz, por si só, de resolver, apenas num texto, todos os problemas nacionais, parte dos constituintes está, em verdade, elaborando um autêntico código de direitos e vantagens, criando ilusões e exacerbando aspirações irrealizáveis, irresponsáveis e retrógradas, em contraste com as aspirações da maioria dos brasileiros, que simplesmente deseja uma Constituição que consagre direitos fundamentais, delimite deveres básicos e propicie saudável, sólida e contínua convivência democrática.

O País, mais do que nunca, precisa de uma política realista, que, com olhos voltados para o futuro, não perca de vista a importância de sua participação no cenário internacional em que vivemos.

Na oportunidade desta conchamação a todos os industriais, espera a Indústria Nacional que os homens públicos se unam, o quanto antes, em torno de objetivos comuns, para que possa ser ultrapassada a fase crítica em que a Nação se acha mergulhada.

De sua parte, a indústria, através de sua entidade máxima, a Confederação Nacional da Indústria, pretende, isto sim, esgotar toda a sua força de influência no sentido de que urgentes decisões sejam obtidas para sanar os graves problemas existentes, assegurando o crescimento da produção, a ampliação do emprego e a retomada dos investimentos, pois só com produção, emprego e investimentos será possível robustecer os alicerces de uma democracia verdadeira, que valorize o trabalho, que consagre o primado da livre iniciativa e que enalteça os valores morais e éticos de nossa nacionalidade.